



## O ENSINO DE LITERATURA AFRICANA NA ESCOLA

Autor: (Edilene Leite Alves); Co-autor (Romão de Freitas Silva).

(Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, e-mail: [eddileite@gmail.com](mailto:eddileite@gmail.com)); (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, e-mail: [romaoofreitass@gmail.com](mailto:romaoofreitass@gmail.com)); (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, e-mail: [keilalairiny@hotmail.com](mailto:keilalairiny@hotmail.com)); (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, e-mail: [janierpereira@hotmail.com](mailto:janierpereira@hotmail.com)).

**RESUMO:** Este trabalho pretende analisar a utilização da literatura africana como um mecanismo didático, que possibilita aprendizagens significativas para o alunado. Para isso, nos respaldaremos em: Brasil, no que se refere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), as quais tratam sobre as leis que institucionalizam o ensino brasileiro, trabalharemos também com Zilma (2011), que fala do percurso histórico da educação infantil, Munanga (2005) e Gadotti (1992) que discorrem sobre a Literatura Africana, dentre outros que citaremos no decorrer da pesquisa. Com este estudo, almejamos alcançar caminhos que favoreçam e contribuam de forma positiva na inserção da Literatura Africana como um mecanismo didático, que possibilite e apoie a formação intelectual e social da criança enquanto sujeito que busca uma personalidade e reconhecimento do outro como ser humano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura. Africana. Educação Infantil. Mecanismo.

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É na Educação Infantil que a criança tem seu primeiro contato com a escola, sendo principalmente nessa etapa o momento em que a mesma se depara com mais frequência ao mundo literário. Nesta perspectiva, um trabalho mais abrangente com a Literatura Africana na escola proporciona possibilidades significativas de explorar várias habilidades e competências nesta etapa escolar, como por exemplo, a formação social e cognitiva da criança, possibilitando ainda o contato desta com diferentes tipos de literatura, desenvolvendo um caminho para o letramento literário.

No cenário atual, a Literatura Africana está cada vez mais inserida nos espaços escolares, apresentando uma identidade cultural que expressa relações de inclusão social. Ao nos referirmos a esta literatura, de antemão devemos apresentar as origens e a participação do negro na História do Brasil e do mundo.

O estudo realizado tem por objetivo, verificar a utilização da literatura africana como um mecanismo didático, que possibilita aprendizagens significativas para o alunado, assim como suas contribuições para o processo de formação do sujeito nos campos sociais, emocionais e culturais, bem como permitir o desenvolver

o hábito da leitura e conseqüentemente da escrita. Para isso, faremos um estudo centrado nas contribuições significativas da inserção do ensino da literatura africana na escola. Dessa maneira, nosso trabalho encontra-se composto da seguinte forma: primeiro faremos “Um estudo sobre a educação infantil”, no qual trataremos discussões sobre tal modalidade de ensino. Em seguida trataremos “Um estudo sobre a lei 10.639/03 e suas contribuições”. E por último “A literatura africana”, no qual falaremos sobre os benefícios da mesma.

Nosso estudo se fundamenta nas formulações teóricas da Legislação brasileira, na qual enfocamos o que diz a Lei 10.639/03 a respeito do ensino da literatura afro, além de Zilma (2011) que discorre sobre a educação infantil e suas finalidades. Ainda, nos apoiamos em autores como Munanga (2005) e Gadotti (1992) que tratam da Literatura Africana, dentre outros que citaremos e que serão fundamentais para a evolução da nossa pesquisa.

## **2 UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

A história da Educação Infantil no Brasil, assim como a infância, passou por momentos de muita tensão, lutas e conquistas para chegar ao seu reconhecimento. Até meados do século XIX, praticamente não existiam em nosso país instituições voltadas para o atendimento de crianças até seis anos de idade. Zilma ao traçar o percurso histórico da Educação Infantil no Brasil, destaca que:

Essa situação vai se modificar um pouco a partir da segunda metade do século XIX, período da abolição da escravatura no país, quando se acentua a migração para a zona urbana das grandes cidades e surgem condições para certo desenvolvimento cultural e tecnológico e para a proclamação da República como forma de governo. (ZILMA, 2011, p.91)

Os fatos sociais acima descritos são relacionados ao desenvolvimento econômico industrial, e as mudanças identificadas nesse contexto, possibilitaram a inserção das mulheres neste setor, ocasionando modificações na estrutura das famílias daquela época. Com o advento do processo de industrialização, as mulheres foram se efetivando no mercado de trabalho, surgindo dessa forma, a necessidade de alguém para cuidar dos seus filhos. Esse fato, foi o marco inicial para a criação de instituições que pudessem ofertar esse serviço. A esse respeito:

Como a maioria da mão de obra masculina estava na lavoura, as fábricas criadas na época tiveram de admitir grande número de mulheres no trabalho. O problema do cuidado de seus filhos enquanto trabalhavam não foi, todavia, considerado pelas indústrias que se

estabeleciam, levando as mães operárias a encontrar soluções emergenciais em seus próprios núcleos familiares ou em outras mulheres, que se propunham a cuidar de crianças em troca de dinheiro. (ZILMA, 2011, p.95)

Percebe-se que a organização das instituições educacionais em creches e pré-escolas era voltada apenas para o caráter assistencialista. Em virtude disso, tais instituições ficariam apenas com a responsabilidade de entreter, brincar com as crianças, e realizar alguns cuidados básicos conforme Paschoal e Machado (2009, p.81) expõem, “o objetivo assistencialista tinha como enfoque a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças”. Considerando essas colocações, percebemos que a concepção de infância era entendida somente no sentido físico, por se tratar apenas de caráter assistencialista, e esquecendo da importância em desenvolver aprendizagens significativas neste espaço e momento escolar.

De acordo com o processo histórico da educação infantil, a criança esperou quase um século para ter os seus direitos garantidos na legislação. Somente em 1988 esse direito foi reconhecido pela Constituição Federal em seu artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de educação infantil em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988, p. 122). Com a criação desta lei, a educação passa a ser um dever do estado e não mais unicamente da família. As creches e pré-escolas antes vistas como assistencialistas, agora assumem um novo e importantíssimo papel na sociedade, o de desenvolver um trabalho educacional.

Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei número 9394/96, a Educação Infantil é adotada oficialmente como parte integrante do sistema Educacional brasileiro, tornando-se parte da Educação Básica. Dessa forma, foi determinado o atendimento de crianças de zero a três anos em creches, e na pré-escola de quatro aos cinco anos de idade, porém, a matrícula na creche permanece facultativa, mas na pré-escola é de caráter obrigatório a partir dos quatro anos.

Por meio de tais modificações expressas acima, se desenvolveu uma Educação Infantil erguida por diferentes formas de organização, e práticas pedagógicas diversas capazes de atender às necessidades dos alunos permitindo o seu desenvolvimento integral, como dito na LDB, Lei de nº 93.94/96 em seu artigo 29, “educação infantil, primeira etapa da educação básica, onde deve ser possibilitado o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade”. Essa premissa justifica-se pelo fato de ser no ambiente escolar, considerando-se como um novo espaço, onde a criança tem a oportunidade de sistematizar seus conhecimentos, além de poder interagir com os colegas. A Educação Infantil proporciona no aluno a produção de aprendizagens acerca de seu desenvolvimento intelectual,

no sentido de ampliar sua experiência sensorial e reflexiva sobre o mundo físico e social, assegurando-lhe condições adequadas para desenvolver suas competências e habilidades.

Nesse sentido, as instituições educativas, sobretudo, as que ofertam o ensino de Educação Infantil, se apresentam como responsáveis por grande parte do desenvolvimento da criança em seus aspectos afetivo, cognitivo social e intelectual, sendo de suma importância que nesses espaços a criança tenha a oportunidade de ser tratada e respeitada de acordo com sua faixa etária, a fim de desenvolver-se dentro de suas potencialidades e limitações, ampliando suas experiências e conhecimentos, fatores indispensáveis para a integração da vida em sociedade. Para firmar ainda mais essa ideia, o Estatuto da Criança e do Adolescente amparado pela Lei 8.069/90, em seu artigo 3º diz que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA 8.069/90, art.3º)

Esta Lei assegura os direitos da criança como também mostra o dever e o compromisso da sociedade e da escola em promover o desenvolvimento e a proteção dos mesmos, garantindo uma educação infantil de qualidade, unindo os aspectos do educar e cuidar nas práticas educativas, devendo proporcionar condições de liberdade e dignidade para todas as crianças inseridas nesta etapa educacional que servirá para o seu amadurecimento.

Como neste trabalho faremos um estudo sobre a inserção do ensino da Literatura Africana na escola desde os anos iniciais, se faz necessário discutirmos um pouco sobre a implementação da Lei 10.639/03 e suas contribuições para tal modalidade de ensino.

## 2.1 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA LEI 10.639/03 E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 2003, o governo brasileiro, na gestão do governo Lula, trouxe no debate político programas e ações sobre a diversidade e as questões étnico-raciais. Com isso, essa temática conseguiu visibilidade e foram sancionadas algumas leis em prol da mesma. Assim, a demanda da população negra por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser apoiada pela Lei 9.394, que foi reformulada para a Lei 10.639/2003,

estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileiras e Africanas nas escolas.

Com esta proposta novos paradigmas no processo sócio educativo se anunciaram, e ao fazermos um percurso histórico nas leis brasileiras sobre tal temática, percebemos que sempre existiu um certo isolamento com as pessoas negras dentro da sociedade, fato este que reflete consideravelmente nas escolas, pois antigamente no Brasil não era admitido à presença de pessoas negras nos espaços escolares, mas com o passar dos anos foi concedido a essas pessoas o direito de assistirem as aulas no horário vespertino.

Esse problema era ainda maior pela existência de decretos que dificultavam a entrada do negro na escola, era estabelecido um divisor étnico racial que se enraizou no sistema escolar e se espalhou por todo Brasil, levando essa população a se intimidar pela sua cor, e restringir suas origens, porém:

Ser negro, reconhecer-se negro e ser reconhecido como tal, na perspectiva ética, nunca deveria ser motivo de vergonha, negação e racismo, mas de reconhecimento, respeito e valorização. Significa trazer no corpo, na cultura e na história a riqueza de uma civilização ancestral e um processo de luta e resistência que continua agindo no mundo contemporâneo. (MOREIRA E CANDAU 2008, p. 82):

O negro carrega sobre sua cor uma história de bravura, mas intimidada pelo preconceito, isso mesmo ainda nos dias atuais. Em decorrência do desrespeito, estes indivíduos encontram muita resistência na busca pela sua cidadania, tanto dentro das escolas como também em outras instituições sociais. Por essa razão, a falta de conscientização nesses espaços, por parte de outras culturas, acaba resultando na evasão de muitos sujeitos da cultura afro-descendente que poderão adquirir severos problemas de relações interpessoais.

A demanda das populações negras e suas culturas foram reconhecidas para o adentramento nas salas de aulas do Brasil, por meio da Lei 10693/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-brasileiras e Africanas. Com isso, fica claro que a introdução de mecanismos didáticos que desenvolvam o ensino adequado da cultura africana nas escolas, possam ser estabelecidos desde cedo, sendo extremamente importante que esse processo aconteça desde a Educação Infantil:

É significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais que a criança pequena frequentar são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

[www.sinafro2018.com.br](http://www.sinafro2018.com.br)

racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras. (BRASIL, 2009, p.10).

A etapa escolar da Educação Infantil está relacionada com a formação da criança enquanto ser pensante, que precisa compreender a pluralidade que se faz presente na sociedade e respeitar essa diversidade.

Em consonância com o que discutimos até agora em nosso trabalho, no próximo tópico faremos importantes colocações sobre a introdução da Literatura Africana como um mecanismo didático que deve ser introduzido no ensino desde a Educação Infantil.

### **3 A LITERATURA AFRICANA**

A Literatura Africana iniciou-se por volta do século XV com os navegantes portugueses, os quais exploravam as terras africanas e seus habitantes, originando uma estética colonial que remetia-se apenas as vivências dos portugueses na África, na qual o homem negro era visto em segundo plano, ficando marcado a imposição do trabalho pelo europeu aos cativos, assim como o tráfico negreiro. Diante disso:

É relevante não perder de vista que a África foi marcada por vários séculos de opressão, presenciando gerações de exploradores, de traficantes de africanos escravizados, de missionários, que acabaram por fixar uma imagem hostil dos trópicos, cheios de forças naturais adversas ao colonizador europeu e de homens ditos indolentes. (MUNANGA, 2005, p. 175)

A garra e persistência do povo africano diante desses acontecimentos, situadas juntamente com a evolução dos tempos, fez surgir uma estética artística e histórica de muita importância para a humanidade, a Literatura Africana dos dias atuais, a qual volta-se para a valorização do homem negro, instaurando uma literatura puramente nacional, que busca distanciar-se do preconceito vigente.

O ensino de literatura na escola tem papel fundamental para o embasamento e a descoberta das nossas origens, deve ser um mecanismo de ensino que traga como base reflexos sociais, e é com a Literatura Africana que podemos explicar o fenômeno da miscigenação, as diferenças e misturas culturais que existem e, com isso explorar a quebra do preconceito racial, expandindo o ideal de igualdade. Dessa forma, é importante que as faces da Literatura Africana comecem a ser trabalhadas desde a fase inicial da infância.



Nessa linha de pensamento, é que podemos pensar e nos preocupar em trabalhar mais profundamente essa temática com o público da educação infantil, de forma que não seja algo superficial e apenas em data específica, como exemplo, 20 de novembro “Dia da Consciência Negra”. Apesar da escassez de material dessa estética literária para essa faixa etária, existem algumas obras que podem auxiliar nesse processo, como o livro “Menina bonita do Laço de Fita” de Ana Maria Machado, obra essa que possibilita ao Professor diversas sugestões de atividades como a ideia da formação identitária do sujeito a partir da miscigenação das raças, assim como atividades lúdicas que possibilitem a interação e contato físico das crianças.

Outra obra muito boa para utilizarmos nessa inserção é “O cabelo de Lelé” de Valéria Belém, com ele podemos trabalhar de maneira interdisciplinar, pois nesse livro a História e a geografia estão imbricadas durante toda a narrativa. Para o processo de alfabetização, a obra é uma ferramenta muito importante, tendo em vista que as rimas do texto proporcionam uma musicalidade agradável que possivelmente desperta no alunado um interesse em conhecer mais sobre a história.

Essas obras podem ser baixadas gratuitamente na internet, em sites como [www.youtube.com.br](http://www.youtube.com.br) no formato de vídeos narrados, assim como outras que se encontram no mesmo eixo da temática e podem ser usadas nesse processo de construção cultural, como exemplo, “As tranças de Bintou” de Sylviane A. Diouf ; “Bruna e a galinha D’angola” de Gercilga de Almeida; “Meninas Negras” de Madu Costa; “Que cor é a minha cor” de Martha Rodrigues; entre outras, as quais também podem ser encontradas no site acima citado, ou em livrarias para compra física da obra.

Desde a Educação Infantil é importante que a escola possa imbuir o aluno de que o negro, estereotipado pelo ego de algumas camadas sociais, deve ser analisado de maneira em que a tonalidade da epiderme se distancie da carga negativa empregada a sua cor. Independente de cortesia e da diversidade, todos temos os mesmos direitos perante a lei, enfim, agir com ética, educação para com o próximo e respeito acima de tudo, são valores morais que devem ser inseridos no contexto escolar desde os anos iniciais, pois auxiliam no processo da boa convivência. Diante disso:

Quanto mais as crianças tiverem conhecimento de que os argumentos usados para provar a inferioridade de outras raças foram desmentidos, mais fortemente hábitos e atitudes de aceitação e integração do diferente irão desenvolver. (KLINBERG (1966) apud MUNANGA, 2005: 28)

Nessa perspectiva, o ambiente escolar é um espaço que engloba a diversidade, por essa razão, tem como função tentar conscientizar o alunado de que o aprendizado deve ser compartilhado por todos da mesma forma, descartando a possibilidade de qualquer tipo de exclusão que venha a surgir, não havendo superioridade de raças ou etnias, proporcionando assim uma melhor relação interpessoal entre os educandos.

A introdução da Literatura Africana na escola é tida como mediadora do processo do pensamento livre e respeito ao próximo, amenizando e desmistificando a imagem do negro como uma figura sem valor social e/ou cultural, ou seja, submisso e inferior em meio a sociedade. Ela apresenta uma gama de costumes e crenças que embalam e ainda embalam muito a nossa constituição, isso está ligado a nossa religião, as práticas agropastoris, a nossa culinária, as expressões artísticas, vestimentas e etc. Bebemos não só da cor que bifurca as raças, mas adquirimos diversos aspectos que solidificam a nossa personalidade. Partindo desse pressuposto:

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (GADOTTI,1992, p. 23)

A escola tem a nobre missão de perpassar por todas as culturas, de forma que possam interagir e conhecer como situa-se cada uma delas, resultando na diversidade, e mostrando autonomia em suas concepções culturais, tendo em vista que essa diversidade é o que caracteriza os povos e seus diferentes costumes e/ou rituais, isto é, a multiculturalidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Discutir diversidade é exatamente meditar que todo e qualquer ser humano se faz especial, pelo simples fato de ser ele mesmo, pois somos únicos. Assim, o desenvolvimento de estudos sobre a inserção da Literatura Africana no ambiente escolar e suas colaborações para o ensino nos proporcionaram reflexões sobre a utilização da mesma como um mecanismo didático, que possibilita a fruição de aprendizagens significativas, que permitem aos alunos um pensamento crítico e de aceitação do outro, desfazendo esse paradigma da exclusão racial.

Assim, a utilização da Literatura Africana, desde o ensino da Educação Infantil possibilita ao alunado um conhecimento mais amplo sobre a história dos negros no Brasil, bem como suas valorosas e significativas contribuições para o



nosso país, fato este que ameniza o desenvolvimento de práticas excludentes, as quais geram deslocamento das pessoas descendentes de africanos na sociedade brasileira.

Dessa forma, é fundamental ressaltar que é mais fácil começar a desenvolver a utilização da Literatura Africana como mecanismo didático para o ensino em sala de aula na Educação Infantil, que é a primeira modalidade do ensino básico, do que as modalidades de anos posteriores. Diante disso, ressaltamos que tal literatura funciona também como um molde, agindo juntamente com as estratégias pedagógicas, auxiliando na humanização das crianças, formando personalidades e não pessoas preconceituosas.

## REFERÊNCIAS

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=RriQiWMnDXU>>. Acesso em: 02/05/2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, 35. ed. – Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Da Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

**Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília MEC/SEF, 1998.

**VOL 1. Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Brasília, Ministério da Justiça, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora:

Graal.1992.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=4lIkBJodQyE>>. Acesso em: 02/05/2018



MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

PASCHOAL, J. D. e MACHADO, M. C. G. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Revista HISTEDBR Online, Campinas, 2009.

ZILMA, M. R. O. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez. 2011.